

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo vai anunciar hoje alta de PIS/Cofins de combustíveis	2
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	4
Título: Governo decide aumentar imposto para conter rombo no Orçamento	4
Título: ANP avalia cassar autorização de usina suspeita de adulterar combustível	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Ameaças ao etanol.....	7
Autor: Adriana Fernandes Tânia Monteiro	9
Título: Com arrecadação menor, governo apela para aumento de imposto.....	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Governo eleva tributo sobre combustíveis.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Governo vai elevar PIS/Cofins sobre combustível	12
Título: Investimentos no segmento de biogás devem atingir R\$ 50 bilhões até 2030	14
Título: Mercado considera positivas regras de rodada de concessões de petróleo.....	15
Título: Petrobras recupera R\$ 56 milhões desviados por Sérgio Machado	16
Título: Destaques	17
Título: Múltis, fundos e petroleiras têm interesse na Braskem	18
Título: Wall Street tem novo recorde com ajuda de balanços e petróleo	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck, Geralda Doca e Júnia Gama****Título: Governo vai anunciar hoje alta de PIS/Cofins de combustíveis**

Equipe econômica chega a estudar outros aumentos, mas volta atrás.

-BRASÍLIA- Com dificuldades para fechar as contas de 2017 e cumprir a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões, a equipe econômica vai anunciar, hoje, um aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis. Os preços de gasolina, etanol e diesel teriam alíquotas diferenciadas. A medida tem por objetivo reforçar os cofres públicos e evitar um aperto adicional no Orçamento. Uma fonte ligada à Presidência da República revelou que um dos argumentos para o aumento de tributos é o déficit da Previdência, estimado em mais de R\$ 180 bilhões para este ano. Em entrevista ao programa da colunista do GLOBO Míriam Leitão na GloboNews, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou a mudança no PIS/Cofins. Segundo integrantes do governo, o quadro fiscal está tão sério que chegou a cogitar elevar a Cide (que incide sobre os combustíveis) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), além de outros tributos. Isso, no entanto, acabou sendo descartado, ao menos temporariamente. A ideia, agora, é recorrer a receitas que não são tributárias, como taxas — mas a fonte não especificou que taxas seriam essas.

CONTINGENCIAMENTO DEVE CONTINUAR

Enquanto discute formas de evitar que a meta de déficit primário deste ano, equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), seja superada, os ministérios reclamam que não têm dinheiro para manter a prestação de serviços à população. No entanto, o cenário mais provável é que o contingenciamento seja mantido no novo relatório. A gravidade da situação das contas públicas ficará mais clara hoje, quando o governo publicará o relatório bimestral de receitas e despesas do 3º bimestre. Nele, a equipe econômica mostra o que está sendo feito para assegurar o cumprimento da meta fiscal do ano.

Com receitas em queda devido ao fraco desempenho da economia e da dificuldade de andar com a pauta econômica no Congresso, o governo teve de começar o ano com uma tesourada de R\$ 42,1 bilhões no Orçamento. Depois, esse número foi reduzido para quase R\$ 39 bilhões, mas já foi suficiente para atrapalhar os serviços públicos. A Polícia Federal, por exemplo, ficou sem orçamento para emitir passaportes; o sistema de fiscalização de alimentos do Ministério da Agricultura está prejudicado; agências do INSS poderão fechar por falta de verba para manutenção; entre outros casos.

— O relatório bimestral vai mostrar um quadro de queda na arrecadação que gera a necessidade de aumento de impostos — afirmou um integrante da equipe econômica. Por isso, o governo passou a estudar como obter recursos. A alta do PIS/Cofins sobre os combustíveis foi considerada a alternativa mais rápida, pois não precisa de noventa (período de noventa dias para que possa começar a vigorar). Pelas contas da equipe, cada R\$ 0,01 de aumento na alíquota do PIS/Cofins sobre a gasolina resulta em uma arrecadação anual de R\$ 440 milhões. No caso do diesel, a soma anual é de R\$ 530 milhões.

FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS

O problema é que a medida só valeria por cinco meses em 2017. Além disso, existe um limite legal para o aumento do PIS/ Cofins sobre combustíveis. Daí a necessidade de buscar receitas não tributárias. Além da arrecadação menor, o governo teve de elaborar o relatório bimestral levando em conta outras frustrações de receitas. O programa de repatriação (que permite regularizar ativos mantidos no exterior) está rendendo menos do que o esperado. Até o início da semana, o valor declarado pelos contribuintes que aderiram ao regime era de R\$ 808 milhões, sendo que o total estimado pelo governo para o ano chegava a R\$ 6,5 bilhões.

Outro problema é o novo Refis — programa de refinanciamento de dívidas tributárias. Ele foi enviado ao Congresso por meio de medida provisória (MP), na expectativa de obter R\$ 8 bilhões. Porém, os parlamentares fizeram uma série de alterações na proposta, tornando o texto muito mais favorável aos contribuintes. Uma nova proposta foi enviada ao Congresso pela Fazenda e novamente desvirtuada, deixando incerteza em relação à arrecadação esperada. Uma dificuldade adicional está no projeto que reonera a folha de pagamento das empresas e que daria ao governo receita extra de R\$ 2,2 bilhões em 2017.

A tramitação está atrasada, o que deve reduzir o volume de recursos. O que também deve ajudar os cofres públicos é a recente aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que permite à equipe econômica usar recursos de precatórios para fechar as contas. Originalmente, essa arrecadação estava estimada em R\$ 8,6 bilhões, mas passou para cerca de R\$ 12 bilhões. Segundo auxiliares de Meirelles, se a arrecadação, que teve leve reação em junho, mantiver comportamento positivo, haveria espaço para afrouxar o contingenciamento. Um dos fatores a serem acompanhados é se já se encerrou um movimento no qual as empresas estavam pagando menos impostos devido à compensação de prejuízos.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Seção: Mercado****Autor: Marina Dias, Julio Wiziack e Mariana Carneiro****Título: Governo decide aumentar imposto para conter rombo no Orçamento**

O governo decidiu nesta quarta-feira (19) aumentar tributos que incidem sobre os combustíveis, com o objetivo de cobrir um buraco nas receitas públicas e evitar uma revisão na meta de déficit de R\$ 139 bilhões neste ano.

Segundo integrantes do governo, o presidente Michel Temer preferiu cumprir a meta fiscal e deu sinal verde para a equipe econômica definir a medida. O não cumprimento da meta seria, na avaliação do governo, sinal de fraqueza em meio à crise política.

Até a conclusão desta edição, já estava certo o aumento de dois tributos cobrados sobre a gasolina e o diesel, PIS e Cofins. As novas alíquotas entram em vigor nesta quinta (20), após publicação de decreto numa edição extra do Diário Oficial da União.

A Cide, outro tributo que incide sobre os combustíveis, também pode ser elevada. Mas a equipe econômica ainda avalia se a medida será tomada. Isso porque a nova alíquota levaria três meses para entrar em vigor e a receita decorrente do aumento da contribuição teria de ser repartida com Estados e municípios.

Essa medida teve de ser tomada porque Temer não conseguiu garantir no Congresso a aprovação de medidas que poderiam trazer receitas para cobrir o buraco crescente no Orçamento, como o Refis, programa para renegociar dívidas com o fisco, e a reoneração da folha das empresas.

Em busca de apoio para barrar na Câmara dos Deputados a denúncia criminal apresentada contra ele, Temer cedeu e ficou sem alternativas para fechar as contas.

Hoje, a frustração acumulada de receitas é de cerca de R\$ 18 bilhões, e o governo só conseguiu levantar R\$ 12 bilhões com precatórios. O revés tem dois motivos. Um deles é a retomada ainda lenta da arrecadação de impostos.

Outra explicação é o atraso no programa de privatizações de empresas estatais como o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Nesta semana, o TCU (Tribunal de Contas da União) chegou a recomendar que cerca de R\$ 7 bilhões esperados com essas vendas deixassem de ser contabilizados no Orçamento.

COMBUSTÍVEIS

Desde que assumiu o cargo, Temer sempre se disse contrário a aumentos de impostos. No entanto, a alternativa nunca foi descartada.

O aumento dos tributos sobre combustíveis foi a melhor opção encontrada porque o preço da gasolina vem caindo nos postos do país.

Entre junho de 2016 e junho deste ano, o preço médio do litro da gasolina caiu de R\$ 3,64 para R\$ 3,54 no país. Já o etanol hidratado (vendido na bomba) aumentou, de R\$ 2,46 o litro para R\$ 2,48.

Diante desse cenário, o Palácio do Planalto já elaborou um discurso para justificar o reajuste do combustível.

Aumentar o preço da gasolina na bomba neste momento, segundo assessores de Temer, ajudaria a elevar a competitividade do etanol.

O efeito adverso disso, um impacto de alta na inflação não seria preocupante porque os índices estão em queda livre - nos últimos 12 meses encerrados em junho, a inflação oficial foi de 3%.

O anúncio da decisão deve ser feito nesta quinta, antes do prazo previsto para a revisão orçamentária do bimestre. No início da semana, o governo acreditava que fosse possível descongelar cerca de R\$ 4 bilhões em despesas. Agora, não está decidido se haverá descontingenciamento.

A equipe econômica também discute a possibilidade de buscar receita extra com loterias. Hoje, quando um apostador compra um bilhete, parte do que paga compõe o montante que será distribuído em prêmio. Essa parcela deverá ser reduzida para gerar receita para a União.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: ANP avalia cassar autorização de usina suspeita de adulterar combustível

Investimento questionado por empregados da Petrobras e dos Correios, a usina Canabrava pode se tornar mais um mico nas mãos dos fundos de pensão das duas estatais, a Petros e a Postalis.

Relatório da ANP (Agência Nacional do Petróleo) vê indícios de que a empresa de açúcar e álcool foi responsável pelo derrame de etanol adulterado em postos do

Rio no fim de 2016 e pede avaliação sobre a possibilidade de cassar a autorização para operar.

A agência diz que o processo ainda está em curso e que prevê "ampla defesa e contraditório". Caso a agência decida pela cassação da usina, localizada em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, terá de fechar as portas.

Desde 2008, Petros e Postalis colocaram R\$ 450 milhões na Canabrava, via Fundo de Investimentos em Participação (FIP) Bioenergia e compra de dívidas.

Agora, tentam recuperar o dinheiro, em meio a denúncias de irregularidades nas operações da empresa.

O relatório da ANP ao qual a **Folha** teve acesso investiga a apreensão, em novembro de 2016, de 19 milhões de litros de etanol adulterado com metanol, produto altamente tóxico usado na fabricação de tintas e biocombustíveis.

O teor máximo de metanol no etanol permitido pela lei é 0,5%, mas foram encontradas amostras com até 14,3%. O caso levou a polícia do Rio a pedir o indiciamento de executivos das três maiores distribuidoras de combustíveis do país, BR, Shell e Ipiranga.

A fiscalização da ANP diz que o único fornecedor em comum às três distribuidoras à época da fraude foi a Canabrava e que as amostras de combustível adulterado foram encontrados só em caminhões com produtos da empresa.

A crise gerada pela apreensão do combustível levou os fundos a intervir na companhia. Em janeiro, o banco Brasil Plural assumiu a gestão, com a missão de tentar limpar a casa e preparar a Canabrava para a venda.

"Desde então, estão sendo realizadas diligências e auditorias na usina. Caso sejam detectadas irregularidades, serão tomadas as medidas cabíveis para buscar a responsabilização e proteger o patrimônio dos participantes", disse a Petros, que colocou R\$ 134,2 milhões no negócio.

Em seu relatório de 2016, o fundo reduz o valor do investimento no FIP Bioenergia de R\$ 163,9 milhões para R\$ 139,5 milhões, em razão do provisionamento de debêntures emitidas pela companhia.

"O novo gestor tem tomado as providências necessárias para o pleno funcionamento da usina, com o objetivo de se recuperar o investimento", afirmou a Postalis, que investiu R\$ 344 milhões.

A Canabrava não se pronunciou. O Brasil Plural não quis comentar o assunto.

As distribuidoras dizem que são vítimas no caso. BR e Ipiranga afirmaram que "confiam nas autoridades" e que estão colaborando com as investigações.

A Raízen, que opera com a marca Shell, diz que o episódio é "uma grande fraude industrial com o objetivo de desestabilizar toda a distribuição de etanol no Rio".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Celso Ming

Título: Ameaças ao etanol

Nem tudo é excelência no agronegócio. A área de grãos vai dando show, é verdade, com uma safra recorde de 240,3 milhões de toneladas, ou 30,1% superior à anterior, conforme números do IBGE. Mas dois setores enfrentam grande prostração: o das carnes e o do açúcar e álcool. A maré baixa da carne está ligada ao duplo escândalo: o das fraudes reveladas pela Operação Carne Fraca e o das lambanças do Grupo JBS. Não é o que está sendo tratado aqui. Os problemas do setor do açúcar e do etanol têm diagnóstico mais complexo. É o que vai ser comentado a seguir.

Mesmo quando o petróleo estava a US\$ 80 a US\$ 100 por barril (de 259 litros), havia dúvidas sobre a competitividade do etanol produzido no Brasil como combustível que compete com a gasolina. Agora, com as cotações em torno dos US\$ 45 e US\$ 47, as dúvidas se aprofundam. E esta é uma das razões pelas quais um setor em forte hemorrhagia e pulverizado em múltiplos interesses recorre ao governo. Pleiteia, como sempre, tratamento fiscal favorecido. A outra razão da sangria tem a ver com o forte tombo das cotações internacionais do açúcar, de 20% nos últimos 12 meses (veja gráfico), que contrai o faturamento do setor. Os atuais dirigentes do ramo parecem confusos na escolha de uma estratégia para enfrentar seus problemas. Hoje defendem seus interesses apontando aleatoriamente para razões de saúde pública, razões ambientais e até mesmo para a necessidade de ampliação do emprego, num setor que vem sendo obrigado por lei a aumentar a mecanização (para evitar a queima da palha da cana) e a dispensar pessoal.

São razões frágeis, porque o problema de fundo, em agravamento e ainda sem perspectivas de equacionamento, é a falta de competitividade do etanol. O Programa Nacional do Álcool começou em 1975 como esforço destinado a garantir segurança energética. O diagnóstico predominante, assumido logo após o primeiro choque do petróleo de 1973, era o de que o mundo estava na iminência de enfrentar dramática escassez de petróleo e gás. O etanol surgia, assim, como redentora resposta brasileira a essa crise tida então como inexorável. Aconteceu o contrário do que previa grande número de think tankers.

Por toda parte surgiram mais campos de petróleo e gás, os custos de produção caíram substancialmente e os americanos, principais consumidores globais, chegaram à autossuficiência e à condição de exportadores graças à exploração de suas imensas jazidas de xisto. E, aqui no Brasil, em 2007, aconteceu a descoberta do pré-sal e tudo o que veio depois. Foi um baque sério para a economia do etanol. No início do seu primeiro governo, o presidente Lula se vendeu ao mundo como campeão dos biocombustíveis.

Chegara até mesmo a fazer demonstrações do etanol ao presidente Bush numa unidade da Petrobrás, em São Paulo, a mesma onde fez declarações esquisitas, as de que os entendimentos com o governo americano tinham chegado "ao ponto G" – Bush pareceu não entender do que se tratava. Mas, de repente, Lula perdeu seu entusiasmo pelo Programa do Álcool. E todos seus festejos foram dirigidos ao petróleo. Lula lambuzou as mãos a bordo de plataformas da Petrobrás e, pelo que já se sabe da Operação Lava Jato, não foram só as mãos. Mas, antes mesmo da nova fase da superabundância do petróleo, o etanol vinha perdendo terreno para os combustíveis de fonte fóssil em consequência da política de achatamento de preços da Petrobrás. Foi quando o governo aprofundou o uso da Cide, imposto aplicado dessa vez sobre os combustíveis derivados de petróleo.

O efeito pretendido foi o de que, em alguma medida, fosse reduzida a diferença negativa de competitividade do etanol em relação à gasolina. Mas não por muito tempo. A nova abundância de petróleo, a ineficácia do acordo da Opep destinado a derrubar a concorrência e a política de preços realistas da Petrobrás, num ambiente de preços rasantes do petróleo, voltou a tirar competitividade do petróleo de 1973, era o de que o mundo estava na iminência de enfrentar dramática escassez de petróleo e gás. O etanol surgia, assim, como redentora resposta brasileira a essa crise tida então como inexorável. Aconteceu o contrário do que previa grande número de think tankers. Por toda parte surgiram mais campos de petróleo e gás, os custos de produção caíram substancialmente e os americanos, principais consumidores globais, chegaram à autossuficiência e à condição de exportadores graças à exploração de suas imensas jazidas de xisto. E, aqui no Brasil, em 2007, aconteceu a descoberta do pré-sal e tudo o que veio depois. Foi um baque sério para a economia do etanol.

No início do seu primeiro governo, o presidente Lula se vendeu ao mundo como campeão dos biocombustíveis. Chegara até mesmo a fazer demonstrações do etanol ao presidente Bush numa unidade da Petrobrás, em São Paulo, a mesma onde fez declarações esquisitas, as de que os entendimentos com o governo americano tinham chegado "ao ponto G" – Bush pareceu não entender do que se tratava. Mas, de repente, Lula perdeu seu entusiasmo pelo Programa do Álcool. E todos seus festejos foram dirigidos ao petróleo. Lula lambuzou as mãos a bordo de plataformas da Petrobrás e, pelo que já se sabe da Operação Lava Jato, não

foram só as mãos. Mas, antes mesmo da nova fase da superabundância do petróleo, o etanol vinha perdendo terreno para os combustíveis de fonte fóssil em consequência da política de achatamento de preços da Petrobrás.

Foi quando o governo aprofundou o uso da Cide, imposto aplicado dessa vez sobre os combustíveis derivados de petróleo. O efeito pretendido foi o de que, em alguma medida, fosse reduzida a diferença negativa de competitividade do etanol em relação à gasolina. Mas não por muito tempo. A nova abundância de petróleo, a ineficácia do acordo da Opep destinado a derrubar a concorrência e a política de preços realistas da Petrobrás, num ambiente de preços rasantes do petróleo, voltou a tirar competitividade do etanol e a lançar ainda mais incertezas sobre seu futuro. (Amanhã tem mais.)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Tânia Monteiro

Título: Com arrecadação menor, governo apela para aumento de imposto

Carga tributária. Sob o risco real de ultrapassar o déficit de R\$ 139 bilhões previsto para este ano, o presidente Michel Temer autorizou a elevação da alíquota do PIS/Cofins que incide sobre combustíveis; aumento de outros tributos ainda não está descartado

O presidente Michel Temer decidiu aumentar impostos para fechar as contas deste ano, apesar da crise política e de sua baixa popularidade. O governo já bateu o martelo pela elevação da alíquota do PIS/Cofins que incide sobre combustíveis e não depende do aval do Congresso. A medida pode entrar em vigor imediatamente por meio de um decreto. Nos cálculos da área técnica do governo, cada R\$ 0,01 de aumento na alíquota do PIS/Cofins sobre a gasolina resulta em uma arrecadação anual de R\$ 440 milhões.

No caso do diesel, a receita é de R\$ 530 milhões. A decisão sobre o aumento do imposto veio com a identificação de um buraco de aproximadamente R\$ 10 bilhões para garantir o cumprimento da meta estipulada este ano em R\$ 139 bilhões. Segundo fontes, boa parte desse buraco terá de ser coberta por meio da elevação da carga tributária. Ao longo do dia, o governo chegou a cogitar a possibilidade de aumentar outro tributo.

As alternativas seriam a alíquota de IOF sobre o câmbio ou operações de crédito e a elevação da Cide sobre combustíveis. No fim da noite, fontes afirmaram que o aumento do IOF estava descartado. A decisão será anunciada hoje pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Além da queda na arrecadação, o governo foi obrigado a incluir despesas como o risco de calote do Fies, financiamento

estudantil, que antes não entravam na contabilidade oficial. Embora tenha dito diversas vezes não ter intenção de elevar tributos, a avaliação no Planalto é de que, como as receitas previstas pela área econômica não se confirmaram, um aumento de R\$ 0,10 no preço do litro da gasolina não teria grande impacto no bolso do consumidor e ainda ajudaria as contas públicas.

O impacto dessa elevação do imposto na inflação seria amenizado porque a gasolina tem sofrido seguidas reduções de preço. Fontes do governo reconheceram que elevar o tributo é uma medida difícil, mas pior seria não cumprir a meta. A área técnica da Fazenda também trabalhava com a possibilidade de ainda ter de fazer um novo corte de despesas do Orçamento, embora pequeno, e trabalhava para evitar esse caminho. Com o corte de R\$ 39 bilhões, atualmente em vigor, ministérios e órgãos enfrentam dificuldade em manter a máquina funcionando. Além disso, os técnicos buscavam receitas extras, mas esbarravam na necessidade de ter de dar explicações ao Tribunal de Contas da União (TCU). Como uma elevação do PIS é imediata, e a da Cide exige 90 dias para entrar em vigor, o governo pode optar em fazer movimento conjugado: aumenta o PIS temporariamente até a tributação da Cide entrar em vigor – estratégia que já foi adotada. O PIS/Cofins do etanol também pode ser elevado.

O preço do açúcar em Nova York disparou ontem e um dos motivos apontados por analistas foi a possibilidade do aumento maior para o tributo que incide sobre a gasolina, o que garante a competitividade do etanol frente à gasolina. O setor ontem esperava uma alta de 11% no PIS da gasolina. A alíquota de R\$ 0,67 iria para R\$ 0,75.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Brasília-DF

Aqui, não

Os partidos pressionam também por um lugar ao sol na Petrobras. Ocorre que um dos pontos do acordo para que Pedro Parente aceitasse presidir a petroleira foi uma blindagem em relação a técnicos indicados por partidos. Parente prefere a meritocracia. O contribuinte agradece.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel****Título: Governo eleva tributo sobre combustíveis**

A falta de um ajuste fiscal concreto, com corte efetivo de gastos, e o descompasso cada vez maior entre receitas e despesas da União levarão o governo de Michel Temer a aumentar impostos para evitar a mudança da meta fiscal. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vinha dizendo nos últimos dias que, “se necessário”, haveria aumento de tributo, e a hora chegou. “O PIS-Cofins é o candidato mais provável”, disse o ministro ontem à GloboNews.

Fontes do governo contam que várias opções foram analisadas pela equipe econômica, que escolheu elevar as alíquotas de PIS-Cofins sobre os combustíveis porque a cobrança pode ser imediata, sem noventena, sem a necessidade do aval do Congresso e sem rateio com os estados, como ocorreria caso fosse aumentada a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), alternativa que está descartada. O percentual de alta ainda não está definido. A expectativa é que o aumento ocorra apenas sobre a gasolina.

A alíquota atual de PIS-Cofins sobre o litro da gasolina é de R\$ 0,38 por litro e o teto máximo permitido por lei para esse tributo é de R\$ 0,79, de acordo com a Receita Federal. O valor será definido pela equipe econômica hoje pela manhã e o martelo será batido pelo presidente Temer às 12h em uma reunião no Palácio do Planalto. Se o reajuste do tributo não for suficiente, medidas complementares serão anunciadas, inclusive, para permitir a liberação de até R\$ 4 bilhões dos R\$ 39 bilhões do Orçamento que estão contingenciados, segundo fontes do governo.

Estimativas indicam que serão necessários mais de R\$ 10 bilhões para que seja cumprida a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, de rombo de até R\$ 139 bilhões nas contas do governo federal. Mas especialistas acreditam que o rombo deverá ser maior, porque é preciso considerar frustrações de receitas extraordinárias. Pelos cálculos do economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, se o governo dobrar a alíquota de PIS-Cofins, conseguirá arrecadar mais R\$ 2 bilhões neste ano, o que exigirá medidas complementares.

O aumento de imposto é visto com preocupação por especialistas. “O risco de aumentar imposto será comprometer a atividade econômica”, avisou Lavieri. “É um paliativo. Serão necessárias outras medidas”, avisou a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. “O mercado contava com a aprovação das mudanças nas regras de aposentadoria e, por conta disso, não estava muito

preocupado se o governo deixasse de cumprir a meta. Mas, agora, com a crise política, não acredita mais que a reforma será aprovada sem uma nova desidratação, o que vai comprometer o ajuste fiscal de longo prazo. Por isso, há uma cobrança maior para que o governo se comprometa com a meta deste ano”, explicou.

O economista Flávio Castelo Branco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também criticou o aumento de tributo, que, segundo ele, comprometerá a recuperação da economia. “O setor vê com muita preocupação qualquer elevação de carga tributária, que já é muito alta. As empresas e as famílias estão endividadas e o ônus vai recair sobre a competitividade e a retomada da atividade”, avaliou. “Em vez de aumentar os tributos, o governo precisa é rever seus gastos e cortá-los, como faz qualquer empresa séria”, afirmou.

Zeina ainda defendeu uma revisão dos gastos obrigatórios, principalmente, na folha de pessoal. “O governo errou muito ao conceder aumentos acima da inflação enquanto o desemprego estava crescendo em plena crise econômica. Ele deveria dar o exemplo, rever esses reajustes e só voltar a concedê-los quando as contas públicas estiverem equilibradas, porque não é correto que somente os salários dos trabalhadores da iniciativa privada sofram arrocho. É muito privilégio. Os servidores já têm a estabilidade”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle, Fabio Graner e Edna Simão

Título: Governo vai elevar PIS/Cofins sobre combustível

O governo anuncia hoje o aumento de impostos sobre combustíveis, mediante elevação das alíquotas do PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol. O objetivo é aumentar a arrecadação em mais de R\$ 10 bilhões este ano e mais R\$ 20 bilhões em 2018. Com essa medida e a obtenção de algumas receitas não tributárias extraordinárias, a área econômica do governo espera cobrir os cerca de R\$ 18 bilhões que faltam para cumprir a meta fiscal deste ano, que é de um déficit primário de R\$ 139 bilhões.

Não haverá descontingenciamento do Orçamento, por enquanto. A avaliação das receitas e despesas do bimestre, que será divulgada hoje, não encontrou espaço para a liberação de uma parte dos R\$ 38,9 bilhões que estão sob contingenciamento como queria o presidente Michel Temer.

A equipe da Fazenda fazia contas até o encerramento desta edição para calibrar os impostos sobre combustíveis hoje assim distribuídos: R\$ 0,3816 por litro da gasolina, R\$ 0,2480 por litro do diesel e R\$ 0,12 por litro de etanol. A tendência

era de fazer os aumentos até o teto permitido por lei. Isso significaria até praticamente dobrar o imposto atual.

A decisão tornou-se inevitável por causa das frustrações de receitas com a repatriação e com a não aprovação, pelo Congresso, das medidas de reoneração da folha de pagamentos das empresas e do novo Refis. As alterações feitas na medida provisória do Refis, aprovadas na Comissão Especial do Congresso, derrubaram a previsão que o governo tinha de arrecadar mais R\$ 13 bilhões com a proposta original.

A escolha do PIS/Cofins em lugar da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) decorreu do fato de que os primeiros podem entrar em vigor de imediato e a receita fica integralmente com a União, enquanto que a Cide teria que obedecer à noventena e ainda ser repartida com os Estados e municípios. O governo não pretendeu, na tributação, favorecer o setor do etanol como chegou-se a cogitar na área técnica. Todo o foco da medida foi para equacionar o buraco fiscal.

A queda da inflação, que já está bem abaixo da meta em 12 meses, e dos preços da gasolina - que hoje seguem as cotações internacionais - favoreceram a decisão de Temer, que era refratário ao aumento de impostos.

Segundo cálculos oficiais, a cada R\$ 0,01 a mais de tributo na gasolina, a arrecadação sobe R\$ 440 milhões por ano. No caso do diesel, esse ganho é de R\$ 530 milhões. Segundo fontes autorizadas da área econômica, não é possível até o momento garantir que essa será a única iniciativa destinada a aumentar a receita tributária.

O governo vai avaliar o cenário fiscal e a reação da arrecadação até o fim de agosto antes de fechar questão sobre o tema. Em outros momentos cogitou-se da alta do IPI, que também pode ser feita por decreto.

Assessores do Palácio do Planalto consideraram que se o aumento do PIS/Cofins sobre a gasolina for de R\$ 0,10, o consumidor não sentirá tanto porque o preço do combustível ainda ficaria em torno do que era há três meses.

No fim de agosto, o governo federal enviará o projeto de lei do Orçamento para 2018 ao Congresso Nacional com meta de déficit de R\$ 129 bilhões. Com o aumento de receitas previsto para o próximo ano, o cenário para o cumprimento da meta fiscal fica fortalecido.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Investimentos no segmento de biogás devem atingir R\$ 50 bilhões até 2030**

O Brasil deve receber investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões no setor de biogás, gerado a partir de resíduos principalmente dos setores sucoenergético, de alimentos e de saneamento, até 2030. A projeção é da Associação Brasileira de Biogás e Biometano (Abiogás), com base na proposta brasileira no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), que determina a redução das emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030, em relação ao contabilizado em 2005.

O potencial de investimentos estimado pela instituição considera uma produção de biogás, no período, de 32 milhões de metros cúbicos diários, volume um pouco maior que a capacidade de importação de gás natural da Bolívia pelo Brasil, por meio do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

Segundo o vice-presidente da Abiogás, Gabriel Kropsch, o volume de biometano, no período, pode substituir até 40% do consumo de diesel para transporte no país. "A grande oportunidade é a substituição de óleo no transporte pesado de carga e passageiros. Muita gente tem a concepção errada do biometano, de que seria concorrente do gás natural. Na verdade, é um grande complemento do gás natural, atendendo regiões onde os gasodutos não chegam", disse.

O executivo elogia a nova versão do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), com horizonte até 2026, que contemplou o setor de biogás. De acordo com o documento, colocado em consulta pública na semana passada, o governo prevê capacidade instalada total de 300 megawatts (MW) de termelétricas a biogás no fim do período analisado.

Kropsch conta que, recentemente, a Abiogás e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) firmaram acordo para mapear o potencial da oferta de biogás por região e a localização das redes de energia elétrica e de gasodutos.

Do ponto de vista regulatório, o executivo destacou a recente resolução publicada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) que determina a especificação do biometano a partir de resíduos urbanos. Até então, havia apenas uma resolução regulamentando a produção do biometano de origem agrícola, publicada há dois anos.

"Esse era o ponto que faltava realmente no arcabouço legal do mercado de biogás e biometano, para que todos os projetos que estão no pipeline possam realmente

deslanchar", disse Kropsch. "Vemos com muito bons olhos [a nova resolução], porque vai destravar projetos que estavam esperando essa publicação. "

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Mercado considera positivas regras de rodada de concessões de petróleo

A versão final do edital e do modelo de contrato de concessão da 14ª rodada de blocos exploratórios, publicada ontem pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), foi bem recebida pelo mercado. Representante das petroleiras, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), que em 2015 chegou a afirmar que as regras da 13ª rodada eram as "piores de todos os tempos", classificou as condições do leilão deste ano como um avanço em relação às licitações anteriores.

"Estamos debruçados no conteúdo [do edital]. Ainda não temos uma posição definida. Mas o que posso afirmar é que o edital é bem melhor do que os anteriores. Nossa primeira leitura é que é um avanço e estimula investimentos", afirmou o presidente do IBP, Jorge Camargo.

O sócio do escritório Souza Cescon Rafael Baleroni destaca que as duas principais novidades do leilão deste ano está a retirada do conteúdo local como fator de pontuação das ofertas e a fixação de alíquotas diferenciadas de royalties para áreas menos exploradas.

"As condições melhoraram", disse Baleroni, que já vê as petroleiras se movimentando para participar da rodada. Segundo ele, existem petroleiras independentes, de pequeno e médio porte, interessadas em ampliar sua presença no país.

Para a 14ª rodada, os índices de conteúdo local fixados variam de 18% (exploração) a 40% (escoamento da produção). Para efeito de comparação, na 13ª rodada, para blocos "offshore", as exigências mínimas ficavam entre 37% e 51% na fase de exploração; e entre 55% e 63% no desenvolvimento.

Outra novidade foi a aplicação de royalties diferenciados, para estimular investimentos em novas fronteiras exploratórias e bacias maduras de maior risco. Pela Lei do Petróleo, de 1997, a alíquota pode ser estabelecida para cada bloco leiloado, dentro de um intervalo de 5% a 10%, mas vem sendo cobrada sempre pelo teto. Ao todo, cerca de 60% dos 287 blocos exploratórios oferecidos pela ANP na 14ª Rodada, em setembro, terão alíquotas de royalties diferenciadas.

De acordo com as regras definidas pela ANP, as bacias do Paraná (terra) e de Pelotas (mar) foram consideradas de maior risco e terão alíquota mínima de 5%. A ANP fixou, ainda, alíquota intermediária, de 7,5%, para concessões localizadas nas bacias terrestres Sergipe-Alagoas, Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo. Apenas 40% das áreas ofertadas estarão sujeitas ao pagamento do percentual máximo de 10%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras recupera R\$ 56 milhões desviados por Sérgio Machado

A Petrobras recuperou mais R\$ 56 milhões desviados de suas contas pelo esquema de corrupção investigado pela força-tarefa da Operação Lava-Jato. Os recursos, recuperados pelo Ministério Público Federal (MPF), em três parcelas, entraram no caixa da Transpetro, subsidiária de transporte e logística da petroleira brasileira.

O **Valor** apurou que os valores são referentes aos recursos devolvidos pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Com isso, os valores recuperados pela Petrobras, por meio de colaboração premiada e acordos de leniência, subiram dos cerca de R\$ 660 milhões para um patamar de R\$ 716 milhões.

Em seu depoimento, no âmbito da delação premiada, Machado reconheceu o repasse de propina a 28 políticos, entre eles os senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Edison Lobão, todos do PMDB, e Aécio Neves (PSDB). Ainda de acordo com o conteúdo da colaboração, o presidente da República, Michel Temer, então vice de Dilma Rousseff, pediu, em 2012, recursos para a campanha de Gabriel Chalita, então candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PMDB.

A Petrobras informou que seguirá adotando medidas jurídicas contra empresas e pessoas, inclusive ex-funcionários e políticos, que causaram danos financeiros e à imagem da companhia. A companhia destacou, ainda, que atua como coautora com o MPF e a União em 13 ações de improbidade administrativa em andamento, além de ser assistente de acusação em 33 ações penais.

A estatal brasileira já sinalizou que pretende recuperar um valor potencial de R\$ 5,5 bilhões na Justiça, referentes a processos da Operação Lava-Jato. Dos R\$ 716 milhões já ressarcidos, estão recursos provenientes do acordo de leniência da Rolls Royce e de acordos de delação premiada de nomes como Sérgio Machado e do ex-gerente de serviços da petroleira, Pedro Barusco.

"A companhia trabalha em estreita parceria com as autoridades que conduzem a Operação Lava Jato e é reconhecida por tais autoridades, inclusive pelo próprio Ministério Público Federal e pelo Supremo Tribunal Federal, como vítima da corrupção investigada. A Petrobras continuará colaborando com as autoridades e buscará o ressarcimento de todos os prejuízos causados em função dos atos ilícitos cometidos contra a companhia", complementou a empresa, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Alcoa tem lucro

A fabricante americana de alumínio Alcoa registrou lucro líquido de US\$ 75 milhões no segundo trimestre de 2017, revertendo o prejuízo de US\$ 55 milhões obtido entre abril e junho do ano passado. Excluindo fatores não recorrentes, o lucro da empresa no período foi de US\$ 116 milhões, frente a um prejuízo de US\$ 44 milhões no segundo trimestre de 2016. Na mesma base de comparação, a receita da Alcoa cresceu 23%, passando de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 2,8 bilhões. Segundo a companhia, o crescimento nas receitas se deveu ao maior volume de embarques registrado entre abril e junho deste ano. A produção de alumínio no trimestre somou 575 mil toneladas, queda de 3,4%. Para 2017, a empresa continua projetando um superávit global de alumínio entre 300 mil e 700 mil toneladas.

Mercado livre de energia

O consumo de energia no mercado livre atingiu 30% do total consumido no Sistema Interligado Nacional (SIN) no primeiro semestre do ano, de acordo com a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel). Segundo a entidade, o resultado é recorde. Nos últimos anos, o segmento respondia por 25% a 27% do consumo total do país. Para a Abraceel, o crescimento se deve a uma retomada da produção industrial e, conseqüentemente, do consumo de energia do segmento (principal grupo de consumo do mercado livre), além do recente movimento de migração de empresas para o ambiente de contratação livre (ACL). "Isso revela como o setor produtivo procura ansiosamente soluções para aumentar a sua competitividade diante da crise econômica", afirmou o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes****Título: Múltis, fundos e petroleiras têm interesse na Braskem**

Grandes grupos petroquímicos multinacionais poderão entrar na disputa pela participação acionária da Petrobras na Braskem, que é a maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, apurou o **Valor**. Segundo fontes da indústria, Exxon, Shell, LyondellBasell e Dow Chemical já teriam manifestado interesse na companhia brasileira, cuja receita líquida totalizou R\$ 47,7 bilhões no ano passado.

Fundos de private equity e de pensão, além da Saudi Aramco, apontada no passado como potencial compradora, também teriam indicado disposição de olhar o ativo. A chegada ao capital da Braskem significará para essas empresas assumir a liderança no mercado de resinas termoplásticas do continente americano. Para a maioria dos grupos, a aquisição representaria ainda a entrada no mercado brasileiro de resinas, que no ano passado movimentou cerca de 5 milhões de toneladas.

A Exxon, companhia americana de petróleo e gás, já tem presença relevante em petroquímica fora do Brasil e seu braço para essa indústria é maior que a Braskem. No país, a companhia também está olhando oportunidades em exploração de óleo e refino e poderia integrar as matérias-primas à produção de resinas.

Para a Shell, que explora petróleo em campos brasileiros, faria sentido avançar para a produção de petroquímicos, segundo uma fonte. A Lyondell, por sua vez, não produz óleo e gás e, para ter escala para competir com suas pares nas Américas, precisaria ter acesso ao mercado brasileiro. Já a Dow poderia enfrentar resistência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no segmento de polietileno, uma vez que produz a resina na Argentina e exporta para o país.

Procurada, a Shell informou que não comenta "o status de ações e acordos comerciais potenciais ou em andamento". A Dow Chemical disse que não comenta rumores de mercado e a ExxonMobil, que não comenta sobre seus planos de negócio.

As conversas em torno do futuro sócio da Odebrecht na Braskem foram retomadas com a notícia de que as controladoras estão revisando os termos e condições do acordo de acionistas celebrado em fevereiro de 2010, que dificulta a venda - cuja intenção já foi confirmada - da participação da Petrobras.

O novo acordo de acionistas poderá garantir mais direitos a um futuro sócio, apurou o **Valor**. A intenção é mudar o que for necessário para gerar valor a todos os acionistas e, ao mesmo tempo, atrair para a Braskem um sócio alinhado ao projeto da empresa, sob a ótica da Odebrecht, segundo fontes próximas às empresas. Maior compartilhamento da gestão e até mesmo do controle da petroquímica podem ser consequências do novo acordo, mas ainda é cedo para afirmar qual será a extensão dessas mudanças.

A revisão deve se alongar por todo o segundo semestre deste ano, disse uma fonte a par do assunto. Com isso, uma eventual venda da participação de 36% da Petrobras na petroquímica é assunto para 2018. A mesma fonte comenta que as conversas ainda são incipientes e a fase atual seria de formação de um grupo de trabalho que será encarregado de elaborar as propostas de mudança no acordo.

Para outra fonte, a disposição de mudar o acordo por parte da Odebrecht e o distensionamento do lado da Petrobras destoam do ambiente difícil de relacionamento estabelecido entre as sócias no passado recente. "Hoje o ambiente é muito mais propício", afirmou.

Uma das cláusulas que devem ser alteradas é a que retira do comprador da participação da Petrobras direitos previstos no acordo vigente - o novo sócio estaria sujeito ao acordo de acionistas original, diferente do que está em vigor. Outra cláusula garante à Braskem o direito de apresentar um comprador "alternativo", que aceite as mesmas condições acertada pela Petrobras para venda de suas ações, e deve ser alterada.

Além da revisão, fundamental para que se leve adiante uma transação dessa natureza, a assinatura de um contrato de longo prazo para fornecimento de nafta é apontada como fator relevante para definição do valor da venda. No entanto, esse assunto "não está na mesma mesa" de negociação que o acordo, disse uma fonte, acrescentando que o entendimento de que nafta é uma questão comercial e, portanto, deve ser tratada entre Braskem e Petrobras.

No mercado, a expectativa é a de que essa negociação ocorra antes do processo de venda da fatia da estatal. Para os analistas Christian Audi e Gustavo Allevato, do Santander, a negociação em curso pode envolver um novo contrato de longo prazo para fornecimento de nafta. "Se bem sucedido [a revisão do acordo], isso poderá atrair novos parceiros para a discussão", escreveram.

Caso a estatal e a Odebrecht cheguem a novos termos atrativos, é provável que haja espaço para uma reavaliação das ações de Braskem, conforme o banco. Neste momento, a ação da petroquímica é negociada a um múltiplo de valor de empresa/Ebitda em 2017 de 4,5 vezes, com desconto de 41% em relação a seus pares globais. "Nossa análise de sensibilidade mostra que um potencial

estreitamento desse desconto para o nível de 10% a 20%, por exemplo, poderia elevar em 60% a 90% o valor da Braskem", afirmaram os analistas.

O Santander tem recomendação de compra para Braskem, com preço-alvo de R\$ 42 ao fim deste ano. As ações PNA encerraram o pregão de ontem valendo R\$ 39,26, com alta de 2,61%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Wall Street tem novo recorde com ajuda de balanços e petróleo

Ontem foi dia de novas máximas em Wall Street. O índice Dow Jones ultrapassou seu maior nível em todos os tempos pela 26ª vez no ano, o S&P 500 também obteve a 26ª quebra de recorde de fechamento no período e o Nasdaq conseguiu a 42ª melhor marca da história em 2017.

Os balanços se mantiveram no foco dos investidores. A grande força motriz dos ganhos no ano tem sido o setor de tecnologia. Ontem, as ações de gigantes da internet, do hardware e do software confirmaram a boa fase.

O índice do setor de tecnologia do S&P 500 superou ontem, ao avançar 0,56% para 992,28 pontos, seu longo recorde que remonta a março de 2000, de 988,49 pontos. O indicador acumula 23% de ganhos em 2017.

Isso significa que os preços dos papéis do setor voltaram aos patamares da época do auge da especulação com as ações de companhias da internet. Mas com diferenças fundamentais: 17 anos depois do estouro da bolha, os gigantes da tecnologia dominam a lista de maiores empresas por valor de mercado nos EUA e faturam bilhões de dólares. Em 2000, a valorização das empresas de internet seguia a lógica das bolhas: as apostas nos papéis eram feitas com a perspectiva de que as cotações sempre se manteriam em alta. Na época, o setor era formado por startups que não eram lucrativas.

Ontem, a quebra do recorde pelo subíndice do S&P 500 refletiu o protagonismo que as ações de tecnologia conseguiram nos últimos anos. Segundo analistas, o setor hoje é considerado uma história estrutural de crescimento dos lucros. A expansão das companhias segue descolada dos avanços cíclicos de outras áreas da economia americana, como a financeira.

Além da boa performance dos papéis de tecnologia, os índices acionários de Nova York subiram impulsionados pelos balanços positivos, que têm dominado a temporada, em um dia de poucos indicadores econômicos.

Das 53 companhias do S&P 500 que divulgaram resultados do segundo trimestre até a terça-feira, 77% ultrapassaram as expectativas de lucros e 75% excederam as projeções de receitas, de acordo com dados do "The Earnings Scout".

Após ajustes, o Dow Jones fechou em alta de 0,31% aos 21.640,75 pontos, um ponto acima da máxima obtida na sexta. O S&P 500 avançou 0,54%, para 2.473,83 pontos. O Nasdaq subiu 0,64% aos 6.385,04 pontos.

As maiores altas ficaram com empresas de energia, de 1,46%, e matérias-primas, de 0,96%, que se beneficiaram com o avanço dos preços do petróleo. Os papéis de saúde subiram 0,81% como reflexo do fracasso da revogação do "Obamacare".

Na Europa, as bolsas também receberam suporte dos balanços. O índice pan-europeu Stoxx Europe 600 subiu 0,77% a 385,54 pontos. O FTSE 100, de Londres, encerrou com ganhos de 0,55%, a 7.430,91 pontos, o DAX, de Frankfurt, avançou 0,17% a 12.452,05 pontos, e o CAC 40, de Paris, subiu 0,83% aos 5.216,07 pontos. O petróleo WTI para agosto fechou em alta de 1,55%, a US\$ 47,12 o barril na New York Mercantile Exchange.

MME / ASCOM